

**DESIIS no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.399.592 - TO  
(2018/0301860-9)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**REQUERENTE** : EMFOL - EMPRESA DE MINERAÇÃO FORMOSA LTDA  
**ADVOGADO** : WENDEL RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(S) - DF020886  
**REQUERIDO** : ESTADO DO TOCANTINS  
**PROCURADORES** : SÉRGIO RODRIGO DO VALE - TO000547  
BRUNO NOLASCO DE CARVALHO E OUTRO(S) - TO003999  
MARILIA RAFAELA FREGONESI - TO004102

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo ESTADO DO TOCANTINS, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA. MESMOS SÓCIOS. POSSIBILIDADE. MATÉRIA AFETA A FASE DA HABILITAÇÃO. PRECLUSÃO. PODER DA ADMINISTRAÇÃO EM REVER SEUS PRÓPRIOS ATOS NÃO É ABSOLUTO

1. A decisão administrativa não pode determinar anulação de licitação em razão de que participaram do certame mais de uma empresa constituída pelos mesmos sócios. Inexistência de impeditivo legal. O Plenário do TCU orienta que a participação de empresas com sócios em comum somente constitui ilegalidade nas hipóteses de: (i) convite; (ii) contratação por dispensa de licitação; (iii) existência de relação entre as licitantes e a empresa responsável pela elaboração do projeto executivo; e (iv) contratação de uma das empresas para fiscalizar serviço prestado por outra. Assim, a modalidade de 'concorrência', está fora de tal proibição. Desse modo, a existência, por si só, de licitantes que possuam sócio em comum não dá azo à inabilitação.

2. Matéria afeta à fase de habilitação, que restou ultrapassada, não podendo a administração pública, aventar discussões que já se tornaram preclusas (art. 183, CC).

3. O poder discricionário da administração pública em rever seus próprios atos não é ilimitado. Processo licitatório não pode ser usado indistintamente, de forma a permitir que a administração pública escolha a empresa vencedora do certame.

4. Recursos de apelação e reexame necessário conhecidos e improvidos" (fl. 1.703e).

O recurso não foi conhecido (fls. 1.936/1.941e).

Interposto Agravo interno, não foi conhecido (fls. 1.947/1.953e).

A parte recorrida, a fls. 1.957/1.958e, requer a desistência do presente feito e renuncia ao direito sobre o qual se funda a ação.

De início, mister se faz registrar que esta Corte, no julgamento o REsp 627.022/SC (Rel. Ministra ELIANA CALMON), acabou por conceituar os seguintes institutos processuais: desistência da ação, desistência do recurso e renúncia do autor ao direito sobre que se funda a ação, nos seguintes termos:

**"Desistência da ação** – somente pode ser deferida até a prolação da sentença; após a citação apenas com a anuência do réu ou se este não anuir sem motivo justificado, a critério do magistrado (art. 267, VIII e §4º, do CPC/1973 e art. 485, VIII e §4º, do CPC/2015). É um instituto que tem natureza eminentemente processual, acarreta a extinção do processo sem julgamento do mérito, de modo que a demanda pode ser novamente proposta.

**Desistência do recurso** – somente tem direito à desistência do recurso a parte que recorreu; nos termos do art. 501 do CPC/1973 (art. 998, do CPC/2015), desnecessária a anuência do recorrido ou dos litisconsortes e somente pode ser formulado o pedido até o julgamento do recurso; nesta hipótese, prevalece a decisão imediatamente anterior.

**Renúncia** – é ato privativo do autor, pode ser exercido em qualquer tempo ou grau de jurisdição, independentemente da anuência da parte contrária; enseja a extinção do feito nos termos do art. 269, V do CPC/1973 e art. 487, III, "c", do CPC/2015 (extinção com resolução do mérito), impedindo a propositura de qualquer outra ação sobre o mesmo direito; é instituto de natureza material, cujos efeitos são os mesmos da improcedência da ação e, em havendo depósitos judiciais, estes deverão ser convertidos em renda da União; equivale, às avessas, ao reconhecimento do pedido pelo réu."

No caso concreto, por se tratar de renúncia às alegações de direito sobre as quais se fundam a Ação, tal renúncia deve ser homologada, no âmbito do STJ, visto que manifestada por procurador com poderes especiais para renunciar (fl. 885e).

Ante o exposto, homologo a renúncia às alegações de direito sobre as quais se fundam a Ação e, assim, declaro extinto o processo, nos termos do art. 487, III, c, do CPC/2015. Por conseguinte, julgo prejudicado o Agravo Interno interposto pelo Estado de Tocantins.

I.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES  
Relatora

